

GUARDIÕES DA REFORMA AGRÁRIA. SERVIDORES PÚBLICOS E TÉCNICOS EM DEFESA DE UMA REFORMA AGRÁRIA DURANTE A DITADURA MILITAR DO BRASIL

Regina Bruno¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo refletir sobre a experiência de um pequeno grupo de servidores públicos e técnicos lotados em órgãos governamentais voltados para a problemática fundiária no Brasil do período da ditadura militar (1964-85). A postura deste grupo foi pautada pela defesa da reforma agrária como expressão da democratização da propriedade da terra. Ele era formado por pessoas que, no dia a dia de suas atividades, aprenderam a aproveitar mínimos espaços administrativos para defender um projeto reformista. Parto do suposto de que o ideal de reforma agrária concebido como necessidade histórica socialmente construída foi determinante para a existência, a atuação e a reprodução social dos guardiões da reforma agrária como grupo e como indivíduos.

Palavras chave: Reforma agrária, governos militares, ditadura militar, servidores públicos.

GUARDIANS OF AGRARIAN REFORM. CIVIL SERVANTS AND TECHNICIANS IN DEFENSE OF AGRARIAN REFORM DURING THE MILITARY DICTATORSHIP IN BRAZIL

Abstract: The present paper aims to reflect on the experience of a small group of public servants and technicians working in government bodies linked to land ownership issues within the Brazilian military dictatorship (1964-85). This group behavior was guided by agrarian reform defense as an expression of land ownership democratization. The group was formed by people that, in their daily work, had learned to seize the minimum administrative space to defend a reformist project. I assume that the agrarian reform ideal conceived as a historical need socially built was determinant to the existence, the actuation and the social reproduction of agrarian reform guardians as a group as well as individuals.

Key words: Agrarian reform, military government, military dictatorship, public servants

Introdução

A rica e extensa bibliografia sobre a política de reforma agrária do governo militar brasileiro (1964-85) e sobre as lutas por terra ocorridas nesse período no Brasil costuma refletir a respeito da repressão que se abateu sobre os movimentos sociais no campo e do protagonismo dos trabalhadores rurais, suas instâncias de representação e seus mediadores. Em outra vertente, o olhar dos estudiosos se volta quer para as tensões

¹ Doutora em Sociologia pela Unicamp. Professora do CPDA/UFRRJ. Professora e pesquisadora visitante da FUNCAP junto ao PPGS/UFC. regina_bruno@yahoo.com.br

existentes entre proprietários de terra e trabalhadores, quer para as políticas governamentais direcionadas à questão agrária. Entretanto, é rara² a reflexão sobre outros atores, igualmente importantes, desse processo: servidores e técnicos de órgãos governamentais que vivenciaram o dia a dia dos embates, disputas e pressões existentes sobre a reforma agrária.

É sobre a ação desses atores invisíveis, amiúde confundida com as estratégias mais gerais de política pública dos órgãos dos quais eles fazem parte, de que trata este artigo. No decorrer da pesquisa do “Projeto Memória Incra”³, a experiência de um pequeno grupo de técnicos e servidores, cuja postura foi pautada pela defesa da reforma agrária como expressão da democratização da propriedade da terra, ganhou visibilidade gradativamente. Esse grupo era formado por pessoas que souberam aproveitar os mínimos espaços administrativos e aprenderam a valorizar as mínimas brechas institucionais para defender seus ideais. No dia a dia de suas atividades, como diria Abdias Vilar de Carvalho (2006), eles teceram o caminho da reforma agrária e o fizeram seja lutando pela criação ou manutenção de algumas medidas, leis, programas e modos operacionais que reforçavam uma perspectiva distributivista da reforma agrária ou que fortaleciam os trabalhadores, seja se empenhando no trabalho. Contribuindo, assim, para a presença da questão agrária na agenda do Estado (OFFE, 1984). São eles os guardiões da reforma agrária.

Na dinâmica das relações de poder e de status instituída pelos militares, que definiu relações de pertencimento e de exclusão, os “guardiões” se percebiam e eram percebidos como *outsiders* (ELIAS & SCOTSON, 2000). Como veremos, eles vivenciaram um universo de trabalho atravessado pela tensão, nem sempre visível, de uma conjuntura pós-golpe e de consolidação da ditadura militar no Brasil. Foram

²O artigo de Moacir Palmeira “Burocracia, Política e Reforma Agrária” (PALMEIRA, 1994) é uma das poucas exceções. O autor discorre sobre “o papel que a burocracia de órgãos de Estado ligados à questão da terra tem tido na realização, ou melhor, na não realização de uma reforma agrária no país” (p.49). Diz Palmeira: “Diferentemente de um modelo weberiano de burocracia, em que prevalecem regras abstratas e impessoais e onde a hierarquia administrativa é o princípio essencial, o que encontrei foi uma burocracia segmentada em verdadeiras facções, cujos recortes não se confundiam com divisões funcionais, nem tampouco com linhas político-partidárias, ou com eventuais diferenças de concepção do que fosse reforma agrária ou do que devesse ser a atuação do INCRA. O que existia eram redes de relações – pessoas que frequentavam o mesmo clube, bebiam juntas, jogavam futebol, ajudavam-se mutuamente, articulavam-se para controlar determinados cargos – que se sobrepunham a questões ideológicas” (p.54).

³ CARVALHO, Abdias Vilar, BRUNO, Regina e BRAGA, Antônio Pompeu – **Projeto Memória Incra. Relatório Final de Pesquisa.** Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/Ministério do Desenvolvimento Agrário/Rede de Desenvolvimento, Ensino e Sociedade – NEAD/MDA-REDES. Contrato de consultoria n. 206037. Brasília, 2006. Meus agradecimentos ao Dr. Caio Galvão de França e à Dra. Adriana Lopes – NEAD/MDA bem como a toda a equipe do NEAD pela sensibilidade, atenção e empenho na viabilização da pesquisa.

estigmatizados pela ordem social estabelecida. No trabalho, amiúde foram perseguidos por interventores e chefes imediatos – os “chefetes”, como costumavam nominá-los os guardiões da reforma agrária. Sofreram ameaças de expulsão caso continuassem a estudar o Estatuto da Terra (Lei 4.504, de 11 de novembro de 1964) e a falar sobre reforma agrária, mesmo que nos marcos legais do Estatuto; seus nomes constaram em comissões de sindicância formadas para apurar questões administrativas quando na verdade eram políticas; foram boicotados no cotidiano do trabalho e excluídos de várias atividades.

Porém, em nenhum momento aceitaram a desqualificação e a estigmatização promovida pelos interventores. Ao contrário, sentiam orgulho do que estavam fazendo. Naquelas condições sociais e políticas específicas, “a superioridade moral” (ELIAS & SCOTSON, 2000), alimentada pelo ideal de reforma agrária, a defesa de valores democráticos e a busca de uma sociedade mais igualitária, pertencia-lhes.

É sobre a experiência dessas pessoas, isolada e coletivamente, de que trata este artigo. Nosso texto está longe de ser completo. É somente uma primeira sistematização dos depoimentos colhidos por nossa pesquisa sobre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), realizada há oito anos. Procuro demonstrar quem são essas pessoas e o que as levou a defender “com unhas e dentes” um projeto de reforma agrária distributivista e democratizante, além de tentar responder como foram capazes de mobilizar alguns recursos de poder numa conjuntura extremamente desfavorável a políticas dessa natureza.

Parto do suposto de que o ideal de reforma agrária concebido como necessidade histórica socialmente construída foi determinante para a existência, a atuação e a reprodução social dos guardiões da reforma agrária como grupo e como indivíduos. Essa construção se deu durante os anos de formação escolar, universitária e de especialização; em meio à convivência familiar; devido à amizade com pessoas consideradas de esquerda; e/ou nas atividades do grêmio escolar, na participação no movimento estudantil, ou religioso cristão, formado e conformado pela defesa de um mundo mais justo e mais igualitário numa conjuntura em que a reforma agrária se

apresentava como bandeira política e fazia parte das estratégias de mudança da sociedade brasileira e latino-americana⁴.

Definimos os guardiões da reforma agrária como um núcleo histórico de técnicos e de servidores públicos que aglutinou pessoas provenientes de órgãos governamentais como o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (Inic), o Serviço Social Rural (SSR) e a Superintendência de Política Agrária (Supra), e que se consolidou no Incra (CARVALHO *et al*, 2006: 37).

Fazem parte do grupo Ângela Neves, Dryden de Castro Arezzo, Bencion Tiomny, Osmar Fávero, Elias Pessoa de Carvalho, Fernando Calicchio, Antônio Gonzalez Lopes, Iraci Moura, Sylvio Loreto, Hugo Heredia e outros.

Apesar das diferenças, predominam entre eles traços em comum. Como dissemos, são pessoas movidas por um ideal de uma reforma agrária. Todos se reconhecem na defesa incansável de uma reforma agrária como condição primeira da democratização da propriedade de terra e da construção de uma sociedade mais justa. Ângela Neves é quem melhor expressa o sentimento do grupo.

Havia, sim, o ideal de fazer alguma coisa séria em termos de reforma agrária, mesmo sabendo que, naquela conjuntura, com aquela legislação, não se poderia fazer grande coisa (...). Nenhum de nós tinha a veleidade de pensar que estávamos realizando a reforma agrária e não se pode dizer que alguém pudesse ter o sonho de fazer algum trabalho de envergadura em termos de reforma agrária (...). Eu não tinha ilusão quanto ao momento (...) mas havia a preocupação de preparar o terreno para, quando houvesse, politicamente, a chance, estar com a faca e o queijo na mão. Havia o desejo de trabalhar para preparar o terreno ou um clima favorável para os que nos sucedessem quando a conjuntura política permitisse deslanchar o processo. (Ângela Neves).

Este ideal muito contribuiu para a coesão do grupo e para a consciência de pertencimento, fundamental nas adversidades: legitimou-os perante organismos internacionais identificados com um projeto reformista e, ao mesmo tempo em que alimentou a estigmatização, impôs limites e barreiras às perseguições.

⁴Uma observação: Abdias Vilar de Carvalho, Antônio Pompeu Braga e eu, respectivamente coordenador e vice-coordenadores da pesquisa, doamos parte do material ao *Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo* – coordenado pela professora Leonilde Servolo de Medeiros (CPDA/UFRRJ). Nesse momento tive a oportunidade de visitar as entrevistas e reler nosso relatório final e, à medida que eu mergulhava no universo e na história dessas pessoas, sentia-me na obrigação de escrever sobre seus ideais, as dificuldades que vivenciaram e os embates enfrentados. A elas eu dedico esse pequeno texto.

GUARDIÕES DA REFORMA AGRÁRIA. SERVIDORES PÚBLICOS E TÉCNICOS
EM DEFESA DE UMA REFORMA AGRÁRIA DURANTE A DITADURA MILITAR
DO BRASIL

Bem ou mal, conseguiu-se criar uma mentalidade de grupo, no bom sentido, não de grupelho, mas a consciência de que se fazia parte de um órgão que tinha uma missão a cumprir no país. (Ângela Neves).

Existia muita camaradagem, muito entrosamento, muito interesse no assunto e muita troca de ideias. O pessoal se reunia fora do Ibra na hora do chope (...) (e) o que quer que fosse, a gente se reunia fora para conversar a respeito de reforma agrária. (Antônio Gonzalez)

Era um pessoal muito entusiasmado com a reforma agrária. Era um pessoal que de uma maneira ou de outra acreditava em fazer reforma agrária. Eu sabia que esse pessoal tinha um certo compromisso ideológico com a reforma agrária, uma formação pessoal que levava a fazer a reforma agrária. Fosse por ideologia ou por religião, qualquer que fosse a motivação, era um pessoal que achava que precisava fazer a reforma agrária, aquilo não era um trabalho no qual o cara tinha se engajado para ganhar a vida. (Antônio Gonzalez).

Outros traços em comum, igualmente importantes, fazem parte da experiência de vida dessas pessoas. Eu destacaria: i) a origem rural e/ou a sensibilidade para os problemas do homem do campo; ii) desde muito jovens já demonstravam interesse e participavam de movimentos religiosos, sociais políticos; iii) a oportunidade de conhecer, em seus círculos familiares e de amizade, e se aproveitar do contato com lideranças políticas e religiosas críticas da desigualdade social no Brasil; iv) a dedicação ao estudo; v) a oportunidade de acompanhar o curso do Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (IICA-FAO) sobre a problemática agrária, ou curso afins e vi) a seriedade profissional no trabalho.

Várias pessoas do núcleo são de origem rural. Encontramos filhos de pequenos proprietários de terra ou sitiantes e filhos de comerciantes de municípios rurais. Ângela Neves, por exemplo, chama a atenção para as dificuldades de sua família nos tempos da crise do café no estado do Rio de Janeiro e ressalta que sempre procurou preservar suas origens rurais.

Por sua vez, a sensibilidade em relação aos problemas sociais decorreu, quase sempre, da busca por, da oportunidade de ou mesmo do acaso que permitiu à pessoa viver determinadas situações, em especial de proximidade com as populações desfavorecidas e pobres. Ora é participação no curso de extensão rural, que “foi abrindo a cabeça”, ora a chance de conhecer, no final da década de 1950, o movimento de ocupação de terra da Baixada Fluminense (RJ).

Para Elias Pessoa, uma tentativa de saque por um grupo de trabalhadores flagelados da seca no interior do Ceará ficou marcada em sua memória devido à postura de seu pai que, diante da fome e da miséria, ordenou a liberação de um carregamento de alimentos e sua distribuição aos flagelados. Ele também relembra o contato com o pai de um grande amigo, dono de uma empresa de descaroçamento de arroz e militante do Partido Comunista.

Ângela Neves fala da amizade de sua família com Dom Hélder Câmara, que em muito contribuiu para seu envolvimento com a Juventude Agrária Católica (JAC).

A dedicação ao estudo e a preocupação em adquirir uma boa formação também são recorrentemente assinaladas nas entrevistas. “Fui bom aluno, nunca repeti nada e participava de tudo”, diz Dryden Arezzo. Em certa medida, para essa geração, o reconhecimento político passava pela distinção nos estudos.

Era um tempo em que várias escolas, colégios e universidades incentivavam a participação de seus alunos em grêmios e congressos de estudantes. Elias Pessoa, por exemplo, “foi indicado pela coordenação da Escola de Serviço Social, com o apoio da PUC, para participar da vida estudantil”.

Em seu livro “A Sociedade dos Indivíduos”, Norbert Elias (1994) ao refletir sobre os seres humanos como indivíduos e como sociedade⁵, chama a atenção para as redes existentes na sociedade e as relações de interdependência entre as pessoas. Nossos guardiões da reforma agrária fazem parte de uma extensa e diversificada rede de relações, de influência e de referências sociais, políticas, religiosas, culturais e de amizade, em grande medida definidoras do agir, e que, por sua vez, são por eles realimentados.⁶

Destaco, das entrevistas: José Gomes da Silva, caracterizado como “uma liderança”, “colega no curso do IICA”, “um grande amigo do peito”, pessoa que “teve um papel muito importante nisso tudo” e “muito séria, apaixonada pela reforma agrária”. Destaco também Paulo de Assis Ribeiro, apontado como “um visionário”; Messias Junqueira, “sumidade em direito agrário”; Carlos Lorena, “profundo conhecedor do cadastro”; Geraldo Semenzato, “um sociólogo inteligentíssimo,

⁵ Diz o autor “A história é sempre a história de uma sociedade, mas sem a menor dúvida, de uma sociedade de indivíduos” (ELIAS, 1994: 45).

⁶Os processos sociais são relacionais, bem o sabemos. Nessa perspectiva, também os adversários, as pessoas que não comungam os ideais do grupo também fazem parte da rede de interdependência. Entretanto, nessa primeira sistematização, optei por excluí-los. Fica a dívida.

professor da PUC-RJ”; Valter Albuquerque de Araújo, “engenheiro agrônomo, inteligentíssimo, competentíssimo”, Mozart de Aguiar, “grande professor, inteligente, culto”; Vera Jaccoud; Chico Felijuco; Virgínia e Márcia Leporaci.

Fazem parte da rede de relações e de influências os colegas e professores do curso de reforma agrária ministrado pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA); aquele “professor da University of Wisconsin do Centro de Estudos de Ciências da Terra que, nos anos de 1950, veio ao Brasil dar um curso de economia e sociologia rural para os professores das escolas de agronomia”; o Padre Servá, “da Ação Católica de Adultos”; Lígia Barcelos, “do Correio Rural”; os inúmeros estágios e trabalhos de campo; a Missão FAO.

Como vemos, os guardiões não estiveram sozinhos, contavam com uma rede de amigadas e de profissionais também empenhados. Se a presença de agências e de programas internacionais como o IICA-FAO incentivando a implementação de uma política de reforma agrária por um lado condicionou nossa matriz reformista a determinados pressupostos, por outro foi decisiva para a permanência de técnicos e servidores nos órgãos governamentais e, conseqüentemente, para a continuidade do trabalho.

A missão da FAO, para nós, foi muito importante na época, porque estávamos vivendo um momento de ditadura, quando falar em reforma agrária como processo era proibido. Creio que a vinda desses técnicos da FAO significou um crédito de confiança no trabalho que vinha sendo realizado, conferido por uma entidade internacional de valor indiscutível. A Revolução não tinha o que dizer; tinha que calar a boca. Para nós, foi um aval da seriedade do nosso trabalho. Eles eram pessoas de nível internacional, vinculadas diretamente às Nações Unidas. Então, vir aqui, analisar um trabalho, opinar, para nós, técnicos, era uma espécie de padrinho. Um padrinho de peso. Então, era mais uma escora para trabalharmos (Ângela Neves).

Chamo ainda a atenção para Hilda Pereira, João Gonçalves de Souza, “do Serviço Interamericano de Ciências Agrícola”, e o Dr. Irineu Cabral, “seu cunhado”; “o sociólogo” Artur Rios; Edgard de Andrade, “recém chegado da França”; Francisco Whitaker Ferreira, “diretor do Departamento de Planejamento da Supra (...), uma pessoa de uma competência muito grande”; o Padre Lebret, “em sua época, também outro papa (em planejamento)”; o livro de Clair Mitchel; Jacques Chonchol; Alberto Passos Guimarães; Celso Furtado; Carlos Brandão, “aquele da educação popular em

Antropologia, (que) era um garotão”; Dom Hélder Câmara, “amigo da família”; Dom Fragoso, “do Ceará”; Padre Ávila, “era visto como um esquerdista perigoso”; Lélis de Cruz, “sociólogo do SSR que posteriormente foi para o Instituto de Tecnologia da Aeronáutica (ITA) e de lá para a Organização dos Estados Americanos (OEA)”. Lélis estava “convencido de que para fazer reforma agrária não precisava de tantos estudos (...) caríssimos, sofisticados!”; César Catanhede, “muito bom homem, o cara era uma figura”.

Como parte da rede de relações, encontramos uma matriz discursiva comum na qual se reconhecem e reconhecem o outro, expressa nas expressões “reforma agrária”, “comunidade”, “ideal”, “despertar”, “desejo”, “necessidade”, “união”, “convicção”, “educação”, “preparar o terreno”, “pobreza”, “consciência”, “um mundo mais justo, cristão”, “comunismo”. E também, “empenho”, “trabalho”, “competência”, “capacitação”, “planejamento”, “cooperativismo”, “cadastro”, “metodologia”, “parceiros”, “beneficiários potenciais”, “bases”. Palavras símbolos de padrões de comportamento e de sentimentos.

Enfim, como diria acertadamente Ângela Neves, “todos levam a sua marca”. Foi uma geração que viveu intensamente sua época e que trouxe consigo algumas experiências e vivências do momento histórico, em particular a preocupação com o ensino e a capacitação, o humanismo cristão, o empenho em mudar o mundo, o otimismo, mas sempre lembrando que cada pessoa ou grupo detém certo grau de autonomia, uma margem de liberdade na interdependência de suas relações recíprocas (ELIAS, 2001).

Em suas trajetórias pessoais e institucionais, quase sempre buscaram priorizar uma perspectiva social e o trabalho comunitário. Alguns trabalharam no SSR como lugar de engajamento e não simplesmente de trabalho.

Eu estava decidida a ter um engajamento no plano temporal, digamos. Não dentro da estrutura da Igreja, mas ligado ao meio rural. Antes de ir para a Europa, eu estava em Caicó e recebi um convite para trabalhar no Serviço Social Rural (Ângela Neves).

Os guardiões tinham consciência dos limites conjunturais para a execução da reforma agrária e para o próprio desempenho das atividades profissionais, pois estavam sempre vigiados, explicitamente ou não, pelos órgãos internos de repressão e demais servidores (CARVALHO *et al.*, 2006: 38). Nossos personagens percebiam a

impossibilidade, naquela conjuntura, de um processo de “grande envergadura”. Entretanto, acreditavam ser possível realizar experiências e projetos localizados que pudessem servir como modelo ou exemplo para futuras gerações.

A conjuntura dos anos 50 e 60 era percebida por alguns entrevistados como um momento rico de experiências de reforma agrária na América Latina.

A Venezuela, na época, tinha experiência de reforma agrária. E eu me lembro de que veio o presidente do Instituto de Reforma Agrária da Venezuela para nos dar aula no curso de reforma agrária. A Itália da época possuía um programa de reforma agrária, e não um processo. Quer dizer, era uma coisa muito mais ampla (...) Inclusive o Ibra elaborou uma série sobre as experiências de reforma agrária no mundo. (Ângela Neves).

Ou seja, a reforma agrária se inseria em um debate maior sobre as possíveis alternativas de desenvolvimento para o Brasil. “Naquela época, nós tínhamos muitas alternativas. Era o início do desenvolvimento brasileiro; a industrialização começava”, recorda Dryden Arezzo, para quem o debate sobre reforma agrária ainda engatinhava, e a discussão se encontrava circunscrita em alguns grupos e se voltava basicamente para a leitura e análise do documento da ONU sobre Posse e Uso da Terra no Brasil, distribuído pelo Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura.

Entretanto, muitos avaliam que nos anos 1950 e 1960, o temor de uma reforma agrária no Brasil foi alimentado pelo sentimento anticomunista. O medo do comunismo e a denúncia de subversão se complementavam na reação à reforma agrária, formando uma verdadeira barreira contra toda e qualquer proposta ligada à democratização da propriedade da terra.

A maioria considerou o golpe político-militar de 1964 como uma ruptura de todo um processo de discussão e de tentativa de implementação de uma reforma agrária nos marcos do projeto reformista dos cursos do IICA e de mobilização popular. Muitos tinham consciência de que, sob o governo militar, interrompera-se um movimento pela reforma agrária como expressão da democratização da propriedade da terra⁷.

Algo foi rompido antes mesmo de tomar corpo e deixou sequelas até hoje (...). Quando essas estruturas começaram a tomar corpo, veio a Gloriosa e degolou todo mundo. Então, foi como uma criança que nem chegou a andar, e as sequelas estão aí, até hoje. (Ângela Neves).

⁷ Sobre o golpe e seus desdobramentos ver em especial DREYFUSS (1981).

“A Gloriosa instaurou o tempo das interdições, em que falar certos assuntos era o mesmo que proferir uma heresia”, diz Ângela Neves. Entretanto, se de um lado os entrevistados tinham clareza de que o golpe político-militar de 1964 representava uma ruptura da situação de mobilização popular, de outro diferenciam Castello Branco dos presidentes militares posteriores por ter assumido a defesa da reforma agrária como instrumento de modernização do latifúndio e ter se empenhado na implementação de medidas institucionais expressas na criação do Ibra, diretamente ligado à Presidência da República, e na elaboração do Estatuto da Terra.

Aquele homem, apesar das suas limitações, tinha o mínimo de correção e de honestidade. Talvez até fosse sincero no que ele defendia. Mas não sou ninguém para fazer um juízo desse. Como você diz, saíram coisas assim, apesar de toda a limitação da lei. (...) Mas, apesar das limitações, permitia-se fazer alguma coisa. Os que vieram depois dele foram 200% piores. (Ângela Neves)⁸

Outros falam de um sentimento de incompletude com relação à implementação de uma reforma agrária no Brasil, seja pela não regulamentação de vários artigos do Estatuto da Terra e da legislação complementar, seja pela existência de inúmeros projetos inconclusos e políticas que simplesmente ficaram no meio do caminho. Uma reforma que ainda não completou seu ciclo nem cumpriu sua missão. “Há quantos anos a gente está nessa? (...) Já era para ter concluído a reforma agrária. Um processo de reforma agrária não é eterno. Tem começo, meio e fim” (Iraci Moura).

No entanto, com o sentimento de incompletude, vemos a expectativa, inúmeras vezes renovada, de que finalmente teria chegado o momento de realização de uma reforma agrária no país. Em particular, a expectativa diante das possibilidades colocadas pela transição, pela Nova República e pela indicação de pessoas socialmente reconhecidas como referências de defesa da reforma agrária, como foi a indicação de José Gomes da Silva para a presidência do Incra.

Para uns, o Estatuto da Terra, no momento em que foi aprovado, expressava uma reforma agrária limitada, com base no qual não se podia fazer muita coisa. Mas quase todos reconhecem que o Estatuto da Terra foi o instrumento e a referência de trabalho, apesar de suas limitações.

⁸ Sobre o governo Castello Branco ver em particular VIANA FILHO (1976).

Foi com base nele que nós trabalhamos, apesar dos seus defeitos e qualidades. O que se tentou, na medida do possível, dentro daquela lei tão amarrada, foi tentar abri-la um pouco. (Ângela Neves).

Contudo, no dia a dia do trabalho, as opiniões se dividiam. Ora o Estatuto foi considerado limitado e fechado face às alternativas que estavam sendo colocadas pela conjuntura do final dos anos 50 e início dos 60, em especial pelo movimento das Ligas Camponesas⁹ e pela luta pelas reformas de base, ora foi visto como um instrumento legal muito rico e importante, capaz de orientar o Incra na reforma agrária. Tais considerações não necessariamente são excludentes. A diferença está no olhar e na ênfase que se dá a cada aspecto.

No Estatuto, o ITR é prioritário, mas a força dos latifundiários impediu a aprovação de que o imposto fosse progressivo. (...) Foi o peso dos grandes proprietários de terra, nunca se conseguiu que o Fundo Nacional de Reforma Agrária fosse regulamentado, ficou só no papel, o governo não teve coragem. (Iraci Moura).

Uma mesma matriz reformista

Em que pese as divergências e as vivências diferenciadas, em comum havia a influência de uma matriz reformista, em grande parte alimentada pelos cursos de reforma agrária do IICA dos anos 50 e 60 e pela Missão FAO, que se apresenta como eixo ordenador de uma determinada concepção de reforma agrária.

Temos como pressupostos: i) a visão de latifúndio como obstáculo estrutural ao desenvolvimento; ii) a crença de que, por meio do convencimento, os grandes proprietários de terra poderiam ser atraído para o projeto de reforma agrária; iii) a mística do órgão ‘forte’, autônomo, diretamente vinculado à presidência da República como uma das condições para o sucesso da reforma; iv) a defesa das Comissões Agrárias como lugar paritário, de participação da sociedade civil no processo reformista, entre outros.

Por sua vez, prevalece a crença na existência de leis e de instituições fortes como garantia da realização de uma reforma ou na capacidade da pessoa que assume a responsabilidade. Muitos acreditam que a existência de uma lei de reforma agrária (o Estatuto da Terra), a criação de um órgão diretamente vinculado à Presidência da

⁹ Sobre as Ligas Camponesas, o movimento de luta pela terra e o surgimento do camponês como ator político ver: PALMEIRA (1985), REYES NOVAES (1997), MARTINS (1981), MEDEIROS (1989)

República (o Ibra) e a indicação de Gomes da Silva para a presidência do Incra durante a Nova República por si só bastariam para viabilizar a reforma agrária no Brasil.

Se o contexto dos anos 1950 e 1960¹⁰ ensejava um sentimento positivo em relação à possibilidade de realização da reforma agrária no país, no mesmo período e nos seguintes, a criação de órgãos relacionados à discussão da propriedade da terra no Brasil em alguns momentos fortaleceu essa ideia, mas em outros configurou obstáculos para sua execução. O posicionamento do grupo descrito neste artigo, portanto, varia de acordo com a instituição na qual a pessoa estava vinculada e à possibilidade de ação dentro dele, além do significado a ele conferido, como veremos em seguida.

A prioridade do Serviço Social Rural era o trabalho comunitário¹¹, expressão de um projeto idealista. “Naquele tempo, havia uma mentalidade de criação de um mundo mais justo, cristão, mas não católico”, diz Ângela Neves, para quem a reforma agrária como política e como projeto não fazia parte da proposta do SSR, contudo o trabalho de organização das comunidades realizado pelo serviço funcionou como uma alternativa à mudança da estrutura fundiária.

Aos poucos, a questão agrária ganha espaço e começa a fazer parte das preocupações de um grupo de servidores do órgão. Diz um entrevistado:

O Serviço Social Rural foi criado em 1958 para desenvolver as comunidades rurais e urbanas, mas sem falar de reforma agrária (...). Entretanto, um pequeno grupo de servidores já tinha a noção de que o trabalho sobre o desenvolvimento das comunidades rurais implementado pelo SSR era algo ‘muito localizado, muito setorializado e que era fundamental partir para uma expansão da problemática social e econômica e da problemática da terra’.

Para Elias de Carvalho, o curso de Supervisor de Programas de Desenvolvimento de Comunidades Rurais do SSR já incluía em sua programação uma disciplina sobre reforma agrária, mas, apesar das discussões sobre os problemas de distribuição de terras e sobre a questão latifúndio/minifúndio, o debate ainda era muito localizado e setorializado.

Expressar essa necessidade, em termos de um trabalho concreto, era um Deus nos acuda, porque as federações de associações rurais eram um desastre. Mas a experiência das caravanas foi uma das alternativas encontrada pelo grupo para a

¹⁰ Sobre a questão agrária e o período ver (CAMARGO, 1985)

¹¹ A noção de comunidade inspiradora do trabalho do SSR no Brasil se baseava nas ideias desenvolvidas pelo Centro de Cooperação Regional para a Educação de Adultos na América Latina e Caribe (Cefral). Várias pessoas do SSR fizeram o curso do Cefral, como é o caso de Hugo Heredia (Ângela Neves).

discussão sobre a reforma agrária. Era uma coisa muito leve no trato da questão social, na questão da terra, na questão fundiária no Brasil (...). Nós discutíamos sobre a problemática da terra, sobre a reforma agrária, sobre os problemas fundiários, de distribuição de terras, de aquisição de terras, de solução do minifúndio e solução do latifúndio. (Elias de Carvalho).

Agente conseguia implantar toda essa filosofia de trabalho, essa metodologia, livre dos grilhões da Confederação Rural Brasileira, das federações. A Igreja, antes fechada em si mesma, estava se abrindo para o aspecto social. Abria-se uma chance de convênio entre o SSR e a Comissão do Vale do São Francisco para trabalhos em comunidade. Mas, como tudo neste país, ainda mais no que diz respeito ao meio rural, a vida do Serviço Social Rural foi curta. Os órgãos nascem e são substituídos, no meu entender, eternamente, pelo medo da verdadeira reforma agrária. (Ângela Neves).

A criação da Supra, em 1963, durante o governo de João Goulart, acontece em meio a uma mudança significativa na filosofia de trabalho dos órgãos públicos ligados ao meio rural. É quando a problemática fundiária se torna questão para o Estado e assume maior amplitude: por força da pressão das lutas por terra e por reforma agrária, passa a ser concebida como um problema mais abrangente e como parte da luta pelas reformas de base.

Como desdobramento, houve uma reorientação do trabalho. Coube à Supra gerir os projetos de colonização existentes, realizar um levantamento das áreas de invasão de terras no Rio de Janeiro e preparar as desapropriações às margens das rodovias federais a serem anunciadas por João Goulart, além de colaborar com o governo no planejamento do comício de 1º de maio da Central do Brasil (RJ). Nossos entrevistados participaram das atividades e aproveitaram a ocasião para constituir um grupo de estudos sobre a história das desapropriações de terra.

Após o comício da Central do Brasil, foi programada uma viagem aos três grandes eixos de penetração definidos no decreto de desapropriação – Rio-Bahia, Cuiabá-Santarém e Belém-Brasília. Foi “quando aconteceu o dia 31 [de março de 1964]” (Dryden Arezzo).

Na avaliação de Elias de Carvalho, a proposta de reforma agrária da Supra atropelou o Plano Trienal do governo de João Goulart – “duas estratégias de política que nem sempre atuavam em sintonia”.

Eu estava elaborando o planejamento para implementação do Plano Trienal, um negócio bem estruturado, com mapas, ampliação das áreas geográficas, quando o

superintendente da Supra de Santa Catarina vê aquilo e já é de outra cabeça, reforma agrária, tumultuando um negócio muito tumultuado. (Elias de Carvalho)

No pós-golpe de 1964, coube ao Ibra a responsabilidade de implementação da política de reforma agrária baseada no Estatuto da Terra, e ao Inda, o desenvolvimento agrícola. A criação de dois órgãos de certa forma funcionou como um divisor de águas: trabalhar no Ibra significava “trabalhar com reforma agrária”, enquanto trabalhar no Inda era “não ir para a reforma agrária”.

O Ibra era um pulo no escuro. Íamos trabalhar em reforma agrária, mas é preciso lembrar que o Estatuto da Terra nasceu no momento da revolução. Era necessário trabalhar oito horas por dia, porque Paulo Assis Ribeiro não tinha horário. Você entrava às oito da manhã e podia sair às seis da tarde, mas podia ser às dez da noite. Era um órgão público com cultura e mentalidade de empresa privada, privadíssima. O negócio era capacitar e trabalhar. Ele era maluco, mas tinha umas coisas boas (...). Ele era visionário. Foi muito pequena a parcela de pessoas que optou pelo Ibra. Um grupo muitíssimo maior ficou no Inda. Nós trabalhávamos o dia inteiro. Naquele tempo, éramos o único órgão federal que trabalhava o dia inteiro. (Ângela Neves)

Devido, talvez, à conjuntura pós-golpe e às medidas adotadas pelo governo militar de Castelo Branco, empenhado na elaboração e aprovação do Estatuto da Terra, nesse momento as diferenças de avaliação sobre o rumo da reforma agrária se explicitam. Para uns, o Ibra se programou e estava realmente empenhado em fazer reforma agrária pra valer, haja vista a criação do Grupo Especial de Racionalização da Indústria Agrocanavieira do Nordeste (Geran), e só não a fez devido à reação dos grandes proprietários de terra (Iraci Moura). Entretanto, para outros, não se não poderia implementar uma reforma agrária de qualidade e envergadura, porque o Estatuto da Terra fora criado por um governo militar (Ângela Neves).

A fusão entre Ibra e Inda e a criação do Incra em 1970 marcam um tempo da mudança. A presença militar se torna mais ostensiva; aumenta a desconfiança e o controle sobre alguns membros do grupo considerados pelos militares como “os intelectuais”; intensificam-se as medidas burocratizantes e paulatinamente o Incra vai mudando de perfil. O discurso das autoridades cada vez mais assume uma lógica administrativa para explicar situações essencialmente políticas: o argumento utilizado para a fusão do Ibra com o Inda foi a sobreposição de tarefas, o que representava um desperdício de dinheiro. Já a grande imprensa, em particular o Correio da Manhã, costumava caracterizar o Ibra como um “antro de comunistas”.

Fazer bem feito e preparar terreno!

Como dissemos, umas das alternativas postas para os guardiões da reforma agrária era aproveitar espaços e possibilidades da conjuntura e procurar realizar um trabalho tecnicamente competente, embasado na legislação vigente, “para não dizerem que você estava andando fora da lei” (Ângela Neves). O objetivo era garantir a continuidade da reforma agrária em um momento posterior e a do próprio trabalho. Para tanto, era fundamental contar com “pessoas de total confiança em termos de competência e conhecer os lugares-chave”(Ângela Neves).

Ou seja, fazer bem feito, preparar terreno para garantir uma reforma agrária no futuro e aproveitar ao máximo os espaços institucionais existentes e os recursos disponíveis para implementar as medidas necessárias. Tal postura ficou conhecida como a prática de sobrevivência, a lógica da sobrevivência.

E na minha área, o que, honestamente, tentei fazer foi um trabalho que eu sabia pequeno, que não poderia ser muito multiplicado, mas uma tentativa de fazer um trabalho honesto, correto, tecnicamente competente, que eles, Governo Castelo Branco ou os que viessem depois, pudessem destruir o mínimo possível (Ângela Neves).

Nem sempre foi fácil a postura de aproveitar brechas e espaços existentes. Nada era garantido, a própria instabilidade institucional de que nos fala Medeiros (1999) ao refletir sobre os órgãos públicos voltados para a problemática fundiária, transformava-se em agravante. Uma situação, diga-se de passagem, que transcendia o período dos governos militares no Brasil.

Éramos como bois de açougue: quando era extinto um órgão, automaticamente éramos transferidos para outro. Ninguém lhe perguntava se você ia ou não. Se quisesse, você saía. Como eu queria continuar fazendo o meu trabalho numa estrutura que fosse ligada ao meio rural, fiquei na Supra (Ângela Neves).

Alguns se sentiam numa situação contraditória entre o dia a dia do trabalho e o acalentado ideal de transformação da sociedade.

Eu vivia com esta contradição, eu trabalhava e me entusiasmava com a reforma agrária via Incra, mas no fundo eu achava que isso não ia resolver. Eu achava que o que ia resolver era fazer revolução porque não adiantava você continuar muito com aquelas estruturas velhas, que vinham do tempo da Colônia. Eu fazia as duas coisas” [Antônio Gonzalez].

O empenho no bom desempenho profissional, o recurso à competência técnica, não só se transformou em elemento aglutinador do grupo (CARVALHO *et al*, 2006: 38) como os protegeu das pressões existentes, tanto internas quanto externas:

Tentar fazer um trabalho tecnicamente competente, para não ser discutível. Então poderiam me degolar por outras razões, mas não pelo trabalho. Portanto, o trabalho deveria ser tecnicamente competente, muito bem embasado na legislação vigente, para não dizerem que você estava andando fora da lei, contando, nos lugares-chave, com pessoas de total confiança não em termos pessoais, mas de competência técnica, de responsabilidade, de engajamento com a causa, com o trabalho. Estas eram as preocupações. (Ângela neves).

Como diria Abdias Vilar de Carvalho, “pela capacidade técnica de propor novas saídas, pela liderança de aglutinar novas pessoas, eles se tornam referência, símbolos” (Carvalho *et al*, 2006: 39)

A sensação que eu tinha quando estava nas delegacias era de que nós formávamos uma cadeia de pensamento uniforme, a técnica como fundamento. Falávamos com o Dryden, com o Bencion, com a Vera Jacu, Osmar Fávero, com a Ângela (Neves). Nós falávamos a mesma linguagem, o mesmo pensamento, a mesma linha. (Sylvio Loreto)

Acredito que, em grande medida, a contratação e a permanência do grupo só foram possíveis devido à falta de pessoal qualificado para realizar o trabalho e o desconhecimento do assunto por parte dos militares e dos interventores, como explicita Antônio Gonzalez:

Os militares não entendiam bem da matéria e eles iam muito na cola de quem entendia, e nós, que não éramos confiáveis, éramos na verdade os mais promovidos lá dentro porque fazíamos as coisas. Era uma situação até difícil pessoalmente porque mostrávamos que estávamos tendo a confiança deles, mas na verdade a gente sabia até onde podia ir. (Antônio Gonzalez)

Vemos o reconhecimento da dimensão política dos processos sociais, concebida como dimensão macro, e o recurso a regras técnicas como condições para o sucesso da política:

Eu sempre achei que as coisas têm uma dimensão política, uma dimensão macro. Mas na hora de fazer você tem que pôr o pé no chão, você tem que fazer direito, você tem que seguir as regras técnicas. Então eu aprendi com o tempo que uma coisa que não leva as regras técnicas a sério é uma coisa que não é certa. (Antônio Gonzalez)

E nem sempre o cuidado em realizar um trabalho bem feito funcionou a contento. Por exemplo, os interventores e chefes, na impossibilidade de questionar a qualidade do trabalho, recorriam à incompatibilidade: os relatórios justificadores das demissões quase sempre falavam que a pessoa não se enquadrava nas necessidades do trabalho.

“A prática da sobrevivência” – como aproveitar espaços

Por ser impossível registrar no espaço desse texto as posturas e ações do grupo no cotidiano do trabalho, chamo a atenção para o incentivo ao debate sobre o Estatuto da Terra; a luta pela regulamentação de determinados artigos do ET; a elaboração de estudos sobre temas relacionados à problemática fundiária; o levantamento de dados estatísticos e de informações sobre aspectos considerados importantes; o empenho em dar visibilidade ao debate e ao trabalho; a tentativa de implementação de determinadas experiências reformistas e a presença constante no local de trabalho, entre outros.

A maioria participou ativamente do debate sobre o Estatuto. Os depoimentos ressaltam, entre outros aspectos, a disputa existente entre desapropriação e Imposto Territorial Rural (ITR) como instrumento prioritário da reforma agrária, a luta pela regulamentação de itens do Estatuto favoráveis à reforma, as discussões sobre a necessidade de elaboração de um Plano Nacional de Reforma Agrária, que não chegou a ser implementado, a força dos grandes proprietários de terra, que interferiam nas decisões sobre o ITR, a desigualdade da representação entre proprietários e trabalhadores. As entrevistas nos falam, enfim, da lei concebida como campo de disputa, de negociação e de tensão (THOMPSON, 1987).

Ou seja, ao longo dos anos, o Estatuto da Terra se transformou em símbolo da defesa de uma reforma agrária. Sempre que possível, os componentes do grupo aqui descrito procuravam discutir o documento no local de trabalho e mesmo fora dele, seja constituindo grupos de estudo, seja incentivando o debate nos Encontros Nacionais de Servidores do Incra, promovidos por seus chefes, seja ainda tirando dúvidas com colegas.

Então, a gente pegava o Estatuto da Terra, falávamos em conversas na sala, citávamos, perguntávamos sobre algumas dúvidas, etc. (Raimundo Nonato).

Grande foi o empenho desses técnicos e servidores, que por conta própria procuraram garantir a regulamentação de alguns artigos do Estatuto. E o fizeram elaborando a documentação necessária, datilografando alguns artigos e os fazendo circular entre amigos e conhecidos de outros órgãos governamentais com o objetivo de garantir maior visibilidade. Destaco a luta pela normatização do capítulo que trata da seleção dos assentados, a parte referente às relações de parceria e as sugestões sobre o critério de definição das áreas prioritárias elaborado por uma “equipe de famosos”, coordenada por Paulo de Assis Ribeiro, então presidente do Ibra, diz Arezzo.

Vimos ainda a preocupação com a elaboração e a definição de um Plano Nacional de Reforma Agrária, um plano geral estratégico que chegou a ser estruturado pelo grupo responsável pela construção do ET; a tentativa de regulamentação do artigo da Constituição que atribui as questões de reforma agrária ao Governo Federal; as atribuições das responsabilidades entre os diferentes órgãos; a crítica à colonização – concebida como instrumento de neutralização dos conflitos – como política alternativa à reforma agrária.

Ainda no período do Ibra, membros do grupo, juntamente a pessoas mais próximas, empenharam-se na elaboração de uma metodologia operacional de implantação de projetos de assentamento, a qual abordava, entre outros aspectos, formas de obtenção de terras, definição de beneficiários e estudos de seu potencial; a participação nas comissões voltadas para a produção dos “Cadernos do Ibra”, sobre assuntos considerados importantes; a elaboração de um sistema de avaliação e acompanhamento de convênios do instituto, que se transformou em modelo para os demais órgãos governamentais; a presença no grupo responsável pela organização de cursos de homogeneização de conhecimentos básicos para técnicos do Ibra do Centro Nacional de Capacitação de Reforma Agrária (Cencra), a preocupação em adequar projetos do Ibra realizados por consultores contratados e cujos custos foram considerados “estratosféricos” e inadequados à realidade brasileira; o incentivo a visita da missão FAO ao Brasil em 1968 para avaliar a política de reforma agrária.

Mostravam-se empenhados em desmistificar alguns argumentos sobre os limites do projeto reformista, como o alto custo da reforma.

O que se dizia? Não era possível fazer reforma agrária, porque era muito caro. O país não tinha dinheiro – este era o grande argumento. Então precisávamos desmistificar isso. Como? Era necessário fazer uma experiência. Devíamos provar por A mais B que a coisa poderia dar certo (Ângela Neves).

Destaco ainda como práticas de aproveitamento de brechas o esforço em relativizar as normas de seleção de parceleiros elaboradas por Paulo de Assis Ribeiro, então presidente do Ibra:

(...) selecionamos mil famílias, foi a primeira experiência para tentar abrir aquelas normas do Paulo de Assis Ribeiro, que eram fechadíssimas. No começo ninguém preenchia os requisitos e tínhamos que dar um jeito de abrir aquilo para o máximo de gente poder entrar, mas de uma forma que não parecesse que estávamos abrindo (Ângela Neves).

Incansáveis, alguns técnicos e servidores, após a anistia, retornaram ao Incra e retomaram a luta pela reforma agrária no período da Nova República. E o fizeram atuando junto à diretoria de assentamentos ou agregando um grupo de conhecidos e propondo mudança no regimento do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procerá).

Violência e repressão no local de trabalho

A presença de militares nos órgãos governamentais voltados para a elaboração e a implementação de políticas de reforma agrária foi um processo tenso e complexo. A desigualdade de recursos de poder entre militares e técnicos e servidores abriu espaço para perseguições pessoais, muita animosidade e medo. Fez também emergir a figura do “dedo-duro” de plantão, “os olhos da ditadura” (ELIAS, 2001), o delator, chefes afinados com a política do regime militar, alguns “mais realistas que o rei”, que se aproveitaram do poder que lhes foi conferido pelo cargo para oprimir os desafetos, as ameaças de demissão, o “bilhete azul” e a “degola”. “Sabíamos que não podíamos confiar em ninguém. Os dedos-duros ficavam passando notícias para os chefes” (Raimundo Nonato).

As intervenções e a presença de militares nos órgãos governamentais – expressão do regime imposto e instituído – trouxe desconfiança e inquietude para o ambiente de trabalho e contribuiu para o esgarçamento das relações sociais entre servidores e técnicos.

Em nome da segurança da nação brasileira – fundamento da Doutrina da Segurança Nacional cujo principal ideólogo foi o general Golbery do Couto e Silva, que

instituiu a figura do inimigo interno, os subversivos comunistas – a presença dos interventores nos órgãos públicos tinha como objetivo restaurar a ordem.

Tal situação, como vimos, fez aflorar a intolerância, a figura do infiltrado, a dissimulação, a denúncia dos colegas de trabalho, seja pela comunhão da ideologia dos militares, seja pela busca de reconhecimento; os constrangimentos, as disputas de poder, o acerto contas, as rixas, a inveja, ódios, ambições e a esperteza. Também contribuiu para aflorar o protesto em suas diferentes feições e o questionamento. Eis o que relata um dos entrevistados:

Quando os generais chegavam (...) o chefe descia as escadas e avisava: “olha, os generais estão chegando. Fica todo mundo aqui sentado, bonitinho”. Então o Pedro¹² ia para o *bureau* e pegava um monte de processo naqueles arquivos antiquíssimos, fazia simplesmente uma parede em cima da mesa, pegava umas folhas de papel e começava a escrever. Ele tinha uma cabeleira grande, naquela época todo mundo usava cabeleira como forma de protesto. Ele jogava o cabelo assim por cima da testa e ficava escrevendo. Os generais chegavam para os cumprimentos. Ninguém se sentava enquanto os generais estivessem ali. Chega à frente do Pedro, (que) está lá escrevendo feito um doido: “Este aqui é o doutor Pedro”. Ele olhou, cumprimentou e disse: “Pois não, o que os senhores desejam?”. “Esse aqui é o general fulaninho”, falou o chefe. “Com licença, boa tarde, senhores generais. Eu estou muito ocupado porque eu tenho essa pilha de processos para despachar. Os senhores me dêem licença, eu vou continuar a fazer os meus pareceres técnicos”, disse o Pedro. E os generais: “Não, meu jovem, fique à vontade”.

Em algumas situações, o militar informava inclusive o que constava na pasta¹³ de cada um, na qual o fato de o funcionário ter sido orador de turma foi considerado atitude suspeita:

Ele disse que tinha toda essa pasta a meu respeito, e me mostrou uma pasta grossa. Eu perguntei o quê é que tinha na pasta, ele falou que na pasta constava que eu fui orador da minha turma no centro acadêmico. E eu disse que todo centro acadêmico tem seu orador, eu fui sim orador do centro acadêmico e não da minha turma e pedi para ele corrigir. Depois ele falou que constava que eu trabalhei no centro acadêmico e eu disse que trabalhei e fiz carreira e perguntei se havia feito algo que não podia ou fora da lei, ele me olhou e disse que não sabia com uma cara de quem não tinha achado nada (Antônio Gonzalez).

¹²Nome fictício (nota da autora).

¹³ Em muitos órgãos governamentais os serviços de informação militares coletavam dados sobre os funcionários considerados suspeitos. O conteúdo era reunido em pastas, que descreviam a trajetória do investigado e alertavam para indícios de supostas subversões.

Em alguns órgãos, falar sobre reforma agrária ou sobre Estatuto da Terra era garantia de demissão. No Incra da primeira metade dos anos 1970, o Estatuto se transformara em “negócio para inglês ver”. Diz um entrevistado:

Então, eu fui chamado pelo chefe. Ele disse: – Eu estou sabendo que vocês estão falando muito de reforma agrária, Estatuto da Terra. Vocês sabem que reforma agrária é subversão. Se vocês continuarem a falar sobre essa história de reforma agrária...Aí, ele mostrou a palma da mão e fez um gesto, escrevendo alguma coisa e dizendo: – O bilhete azul para vocês. Eu mando para a rua. Minha colega gaúcha ainda tentou argumentar: – Mas, doutor, o Estatuto da Terra que nós estávamos lendo a respeito da reforma agrária foi promulgado pelo general Castelo Branco!– Para inglês ver. O negócio é colonização. O Brasil é um país vasto e nós estamos fazendo a colonização e o negócio agora é Transamazônica e pronto! – Vou repetir: se vocês continuarem a falar de reforma agrária, Estatuto da Terra, essas coisas aí, eu mando vocês para a rua na hora!

Em alguns casos – situação comum em regimes ditatoriais – pessoas foram estigmatizadas no trabalho, detidas, presas ou tiveram suas residências revistadas por causa das relações de amizade com militantes políticos de esquerda. Diz uma entrevistada:

Fiquei uns quatro ou cinco anos sem nada, porque fui presa, perdi chefia, perdi tudo, não podia abrir a boca, falar nada. (...) Até que, depois de algum tempo, num belo dia, o general falou que eu poderia ocupar uma chefia de seção. Então me chamaram e, por acaso, fui trabalhar novamente naquela seção que fazia a seleção de parceleiro.

Outro modo de repressão consistia em boicotar o trabalho do técnico, excluindo-o de todas as atividades e tarefas, ou então paralisando completamente, enquanto durasse a sindicância, o trabalho da seção da qual ele fazia parte:

Eu queria fazer a reforma agrária, acreditava muito naquilo, mas tudo que tinha que se fazer eu era excluído, os outros também eram excluídos. Ficávamos sendo jogados para escanteio. Diziam que a Secretaria do Planejamento (Ibra), onde eu estava trabalhando, não estava fazendo mais nada. Ela não estava fazendo mais nada porque estava havendo boicote. Aí paralisaram os trabalhos e todo mundo foi para casa. E tinha que ficar em casa, só era chamado quando tinha que depor. Abriam uma comissão de sindicância que levou oito ou nove meses para concluir o seu trabalho, e não trabalhávamos nessa época, nós tínhamos que ir lá de vez em quando e assinava o ponto, mas ficava em casa. (Antônio Gonzalez)

As sindicâncias instaladas tratavam questões políticas como problemas administrativos. Pessoas eram investigadas, indiciadas e demitidas por problemas

administrativos. E muitas vezes se chegava a uma situação de tal forma inviável e limitante que a pessoa não tinha alternativa senão sair do trabalho.

A comissão terminou seus trabalhos para ver quem eram os culpados. Alguns foram julgados culpados, mas não tinha nenhum culpado de caráter político, eram todos de caráter administrativo. Eu não fui julgado culpado. Eu fui indiciado e perguntaram muito sobre mim na sindicância. (...) Mas aí eu vi que não tinha mais condição e saí, pedi para sair, e eles deram graças a Deus e me pagaram tudo. Essa situação interna estava muito ruim para os técnicos e mesmo para quem não tinha nada a ver com política. (Antônio Gonzalez).

Entretanto, o cotidiano do trabalho e o processo de consolidação do regime militar terminaram por imprimir novas feições ou refazer impressões iniciais na relação entre chefes-interventores, em sua maioria militares, e técnicos e servidores. Se em algumas situações pressões e perseguições se agravaram, em outras essas foram relativizadas. Ao mesmo tempo permitiram reconhecer o carrasco e quem procurava ser cordial; quem era suportável e quem era mau. Relata outro entrevistado:

Todo mundo tinha na cabeça o militar, o interventor, (...) então ele quis mostrar que ele era uma pessoa que gostava de música, de ópera, essas coisas. Quando ele chegou na instituição, a primeira coisa que ele fez: “onde é a biblioteca?”. A primeira pergunta dele eu não esqueço. “Eu soube que esse órgão tem uma biblioteca, isso é importante, porque isso faz com que...” (...) Aí ele foi lá, olhou, “é pequena, mas nós vamos melhorar”. E começou até a mostrar que era um homem das artes, tinha cultura, (mostrou) que não era Cavalo de Tróia. Mas o secretário executivo designado era terrível. Era do DOPS, vivia cerceando todo mundo.

No dia a dia do trabalho, amizades floresceram. Noutras situações, o reencontro com antigos conhecidos de “pelada” no bairro, contraditoriamente, contribuiu para diminuir as tensões existentes entre técnicos e militares. É o que nos conta um dos entrevistados:

(...) Aí, de repente sai um oficial do Exército com um quepe debaixo do braço, chega perto de mim e diz assim: “você não se lembra de mim?” Eu olhei, não. “Nós jogávamos botão juntos, jogamos pelada na praia, eu sou o (...). Quase caí para trás. “Eu vi seu nome no Diário Oficial e vim aqui prestigiar sua posse”. Ele era do Serviço Secreto do Exército. Aí eu me senti forte. Porque os caras lá viram a minha intimidade com ele, os outros oficiais, depois queriam saber de onde ele me conhecia.

Relata outro entrevistado:

O Paulo de Assis Ribeiro recebe um telegrama do Golbery alertando que eu tinha passados perigosos (...) basicamente por conta do MEB. O Pery me chamou e disse: “Olha o doutor Paulo recebeu um telegrama (...) e me perguntou se a gente podia confiar em você. Eu disse que podia confiar plenamente”. Ele disse “então vamos rasgar esse telegrama, mas você diz isso a ele pra não ter problemas”. (...) Isso me deu uma enorme aproximação ao doutor Paulo. (...) Ele era apaixonado por educação, e eu era praticamente o assessor de educação.

As tensões e as pressões também reativaram outras práticas igualmente repressivas e depreciativas – presentes mesmo em momentos de democratização e de governos civis no Brasil, como ocorreu com o ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (Mirad), doutor Néelson Ribeiro¹⁴, durante a Nova República. Atos como retirada de móveis, mesas e cadeiras da sala de trabalho do servidor ou técnico demissionário. “Quando eu voltei, não tinha mesa para sentar, não tinha nada. Até o pessoal do Inda perguntava por que eu tinha sido demitido” (Dryden Arezzo).

As entrevistas também nos revelam padres e bispos da Igreja Católica visceralmente comprometidos com os militares. Eram conhecidos como os “apóstolos do sorriso”. Pessoas servisais e sempre obedientes.

Considerações finais

Quem se recorda da cena do filme *Cabra marcado para morrer* (1984), sobre a Liga Camponesa de Sapé (PB), em que o diretor Eduardo Coutinho e sua equipe se despedem de Elisabeth Teixeira, viúva do líder camponês João Pedro Teixeira, e entram na camionete? Nesse momento, desponta uma Elisabeth não mais emudecida pelos anos de silêncio e sim alguém que se reapropria da fala. A camionete lentamente vai se afastando da casa para pegar a estrada enquanto Elisabeth Teixeira gesticula a história de sua luta pela terra e por uma reforma agrária. A memória superou o esquecimento. Fez-se tempo (POLLAK, 1989).

Pois bem, durante as entrevistas realizadas para a pesquisa “Memória do Incra”, aos poucos as recordações do grupo dos guardiões da reforma agrária se refazem. Eles expressam o entrelaçamento de duas perspectivas diferenciadas, advogam a realização de uma reforma agrária como instrumento de mudança da estrutura fundiária – bandeira

¹⁴ Diz Palmeira “Começaram a anunciar a saída do Nelson duas ou três vezes, antes da queda final dele. E os funcionários já começavam a desativar aquilo. O ministro mandava chamar e o cara não ia, no final desapareceu até cadeira!” Entrevista com Moacir Palmeira em 26.03.2008 Rio de Janeiro. Pesquisa “1º PNRA”. Entrevistadores: Abdias V. de Carvalho, Regina Bruno e Antonio Pompeu Braga.

dos movimentos sociais no campo, em especial das Ligas Camponesas e de partidos políticos considerados de esquerda e, ao mesmo tempo, enfatizam, a educação do homem do campo, a capacitação e o fortalecimento do espírito comunitário como caminho viável para o desenvolvimento.

Há, hoje, o reconhecimento das lições aprendidas e a percepção de serem pessoas privilegiadas por terem vivido um momento tão especial:

Sei lá, de cada um eu agreguei alguma coisa, uma lição. (...) Quando eu estava numa encalacrada surgia um negócio assim... e dava certo. Por isso toda noite eu agradeço a Deus, com toda a sinceridade. Rezo três Ave-Marias, três Pais-Nosso e pronto. (Dryden Arezzo).

E permanece a vontade de realização de uma reforma agrária entendida como solução para a questão agrária no Brasil e como condição para o fim da concentração da terra: “Vou estar lá de cima olhando e ela (a reforma agrária) não terá sido feita ainda, a não ser que eu entre em acordo com São Pedro e a gente vá em frente”, diz Hugo Heredia, já doente¹⁵.

São eles guardiões da reforma agrária também como expressão emblemática da permanência, histórica, de questão agrária no Brasil.

Bibliografia

BRUNO, Regina. “Liberalismo e Reforma Agrária: o governo Castello Branco” In: _____. *Senhores da Terra, Senhores da Guerra. A nova face política das elites agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária/ UFRRJ, 1997.

_____. “Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto”. In: BRUNO, Regina. *Senhores da Terra, Senhores da Guerra. A nova face política das elites agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária/ UFRRJ, 1997.

_____. Entrevista com José Gomes da Silva. *Estudos. Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: Editora da UFRRJ, julho de 1996, pp: 36-48.

_____. “A Reforma Agrária”. In: CARVALHO, Abdias Vilar; BRUNO, Regina, BRAGA, Antônio Pompeu. *Projeto Memória Incra. Relatório final de pesquisa*. Rio de Janeiro. Contrato de Consultoria nº 206037 MDA/NEAD/REDES, 2006.

CAMARGO, Aspázia. “Questão Agrária: crise de poder e reformas de base 1930/1964” In: FAUSTO, Boris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Republicano*, vol. III, São Paulo: Difel, 1985.

¹⁵Heredia fez questão de ser entrevistado na sala da Associação dos Servidores do Incra, em Brasília, tendo ao lado o aparelho de oxigênio Para entender tal comportamento necessitaríamos afastarmos-nos dos cânones formais do saber sociológico, nos aproximarmos de Norbert Elias e com ele aprendermos como trabalhar os processos sociais e os indivíduos nos marcos da Sociologia dos Afetos, como o fez ao analisar Mozart, sociologia de um gênio. (ELIAS,1994) e o processo da civilização (ELIAS,1994)

CARVALHO, Abdias Vilar; BRUNO, Regina, BRAGA, Antônio Pompeu. *Projeto Memória Incra . Relatório final de pesquisa*. Rio de Janeiro. Contrato de Consultoria nº 206037 MDA/NEAD/REDES, 2006.

_____. “Trilhas de um mesmo caminho?” In: CARVALHO, Abdias Vilar; BRUNO, Regina, BRAGA, Antônio Pompeu. *Projeto Memória Incra. Relatório final de pesquisa*. Rio de Janeiro. Contrato de Consultoria nº 206037 MDA/NEAD/REDES, 2006.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2000.

_____. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1994.

_____. *O Processo Civilizador*. Uma história dos Costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., vol.1, 1994.

_____. *Mozart, Sociologia de um Gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1995.

_____. *A Sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2001

GRAZIANO DA SILVA, José. *A modernização Dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1982.

MARTINS, José de Sousa. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes Ed. 1981.

_____. *A Militarização da Questão Agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes Ed.. 1984.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro: FASE. 1989

_____. *Reforma Agrária: instâncias, conflitos e atores. O papel dos trabalhadores rurais*. Programa de Ensino e Pesquisa em Reforma do Estado- CPDA. Rio de Janeiro, 1999 (mimeo) .

OFFE, Claus. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

PALMEIRA, Moacir. “A diversidade da luta no campo e a diferenciação do campesinato”. In: PAIVA, Vanilda (org.) *Igreja e Questão Agrária*. São Paulo: Loyola Ed. 1985.

_____. “Burocracia, política e reforma agrária”. In: MEDEIROS, Leonilde *et al. Assentamentos Rurais: Uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

REYES NOVAES, Regina. *De Corpo e Alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro: Gaphia. 1997

THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores: a origem da lei Negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra Ed. , 1987.

VIANA FILHO, Luiz. *O governo Castello Branco*. Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1976

Entrevistas

Ângela de Moraes Neves. Niterói, 11/08/2005. Entrevistadores Abdias Vilar de Carvalho, Regina Bruno e Antônio Pompeu Braga

Antônio Gonzalez. 07/12/2005. São Paulo. Entrevistadores Abdias Vilar de Carvalho, Antônio Pompeu Braga

Dryden de Castro Arezzo. Rio de Janeiro, 11/08/2005. Entrevistadores Abdias Vilar de Carvalho, Regina Bruno e Antônio Pompeu Braga

Elias Pessoa de Carvalho. Brasília. 13/09/2005. Entrevistadores Abdias Vilar de Carvalho, Regina Bruno e Antônio Pompeu Braga

Fernando Calicchio. Rio de Janeiro. 08/08/2005. Entrevistadores Abdias Vilar de Carvalho, Regina Bruno e Antônio Pompeu Braga

Hugo Heredia. Brasília, 15/07/2005. Entrevistadores Abdias Vilar de Carvalho e Regina Bruno.

Iraci Afonso Moura. Brasília, 13/07/2005. Entrevistadores Abdias Vilar de Carvalho, Regina Bruno e Antônio Pompeu Braga.

Raimundo Nonato Pinheiro Alves. Brasília. 15/9/2005. Entrevistadores Abdias Vilar de Carvalho, Regina Bruno e Antônio Pompeu Braga.

Sylvio Loreto. Recife, 15/11/2005. Entrevistadores Abdias Vilar de Carvalho e Antônio Pompeu Braga

ANEXO 1

CRONOLOGIA - REFORMA AGRÁRIA – INSTITUIÇÕES

15 /01/1954	Instituto Nacional de Imigração e Colonização (Inic).
23 /09/1955	Serviço Social Rural (SSR)
11 /10/1962	Superintendência de Política Agrária (Supra)
1964	Intervenção na Supra.
31/03/1965	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária(Ibra), subordinado à Presidência da República. (Decreto-Lei nº 55.891) e Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda), subordinado ao Ministério da Agricultura.
15/05/1969	Grupo Executivo da Reforma Agrária (Gera), vinculado ao Ministério da Agricultura. Art.5º Decreto-Lei nº 582 .
1968	Missão da FAO.
1968/69	Intervenção no Ibra.
1968	Formulação de Metodologia para Programação Operacional de Assentamentos de Agricultores
1968/1970	Implantação da Metodologia no Projeto Iguatemi, no Sul de Mato Grosso, recebendo reconhecimento da FAO.
1968	Carta de Brasília, assinada por servidores do Incra, exigindo agilidade para a reforma agrária.
1969	Intervenção no Ibra.
09/07/1970	Criação do Incra, extinção do Ibra/Inda, subordinado ao Ministério da Agricultura. Decreto-Lei nº 1.110.
1971	Criação das Superintendências Regionais

Fontes: a) Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Proposta de modelo organizativo do Incra** b) Dados colhidos nas entrevistas.

Artigo Recebido em: 07/08/2012
Artigo Aceito em: 06/11/2012